

## “BRASILEIROS, FILHOS, CIDADÃOS, POVO E REVOLUÇÃO”: O FUNCIONAMENTO DO IDEOLÓGICO E DO POLÍTICO NOS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

“BRAZILIANS, CHILDREN, CITIZENS, PEOPLE AND REVOLUTION”: THE FUNCTIONING OF THE IDEOLOGICAL AND THE POLITICAL IN THE MEANING PROCESS

Caroline Mallmann Schneiders<sup>1</sup>  
Yasmin Schreiner Heinzmann<sup>2</sup>

**RESUMO:** No presente artigo, buscamos refletir sobre o modo como o discurso jornalístico contribuiu para circular discursos na/da/sobre a ditadura militar brasileira, cristalizando sentidos e dizeres. Para tanto, tomamos, como objeto de análise, o jornal “O Cerro Largo”, que circulou dos anos de 1957 até 1974 no município de Cerro Largo/RS. Como *corpus* de análise, delimitamos a nota intitulada “Brasileiros!” (1964) e a coluna militar denominada “O Povo e a Revolução” (1966), a fim de compreender o funcionamento discursivo dos primeiros dizeres que circularam no referido jornal vinculando-se ao regime militar. O desenvolvimento de tal estudo está filiado aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso pècheuxiana, teoria que nos permite compreender o funcionamento da ideologia e do político inscritos na formulação discursiva. Em nossa reflexão, buscamos explicitar a constituição de um imaginário de cidadão ideal na/da/para a ditadura militar, analisando designações como a de “brasileiros”, “filhos”, “cidadãos”, “povo” e “revolução”, e o modo como elas significam no/pelo jornal.

**Palavras-chave:** Circulação; discurso; jornal; processos de significação.

**ABSTRACT:** In this article, we aim to reflect on how journalistic discourse has contributed to circulate discourses in/on/about the Brazilian military dictatorship, crystallizing meanings and sayings. Therefore, we have taken as an object of analysis the newspaper “O Cerro Largo”, which circulated from 1957 to 1974 in the town of Cerro Largo/RS. As corpus of analysis, we have delimited the section entitled “Brasileiros!” (1964) and the military column called “O Povo e a Revolução” (1966) in order to understand the discursive functioning of the first sayings that circulated in that newspaper by linking them to the military government. The development of this study is linked to the theoretical and methodological assumptions of the

<sup>1</sup> Doutora em Letras - área de concentração: Estudos Linguísticos - pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Estágio de doutorado sanduíche (Bolsista Capes/PDSE) no Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), École Normale Supérieure (ENS/Paris, França). Pós-doutorado (Bolsista DOCFIX-Fapergs) junto ao Laboratório Corpus/Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística junto ao curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, área de concentração: Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Língua, Sujeito e História. Bolsista CAPES - Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pêcheux's Discourse Analysis, a theory that allows us to understand the functioning of the ideological and the political inscribed in the discursive formulation. In our reflection, we aim to explain the constitution of an ideal citizen's imaginary in/by/for the military dictatorship, by analyzing nominations such as “brazilians”, “children”, “citizens”, “people” and “revolution”, and the way they mean in/by the newspaper.

**Keywords:** Circulation; discourse; newspaper; meaning processes.

## 1 Considerações iniciais

A ditadura militar brasileira foi um período histórico marcado por ações repressivas, tanto no que diz respeito às liberdades individuais dos sujeitos, quanto aos seus direitos constitucionais. Esse regime político caracterizou-se, pois, por seu caráter antidemocrático, autoritário e opressivo, que nos conduziu, segundo Da Silva (2014, p. 64), a “21 anos de descabros políticos e econômicos”, cujas consequências sociais, educacionais e culturais ainda não foram totalmente superadas.

Nesse momento sócio-histórico, um conjunto de ações inconstitucionais e arbitrárias foram praticadas pelo Estado, dentre elas, podemos citar: a decretação dos AI's (atos institucionais), a violação de direitos civis, a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, a repressão a movimentos artísticos, sociais e de oposição, além de uma forte censura aos meios de comunicação.

Essa última interessa-nos, particularmente, visto que buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos na e sobre a ditadura por meio da imprensa brasileira à época, partindo do pressuposto de que a imprensa contribuiu para colocar em funcionamento a ideologia dominante, configurando-se como um Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980). Desse modo, refletimos sobre o modo como o discurso jornalístico contribuiu para circular discursos na/da/sobre a ditadura militar brasileira, cristalizando sentidos e dizeres.

Neste artigo, realizamos uma reflexão que versa sobre o funcionamento discursivo das designações “Brasileiros”, “Filhos”, “Cidadãos”, “Povo” e “Revolução” durante o período sócio-histórico e ideológico da ditadura militar brasileira, através da análise de edições impressas de “O Cerro Largo<sup>3</sup>”, um jornal que circulou durante os anos de 1957 até 1974 no município de Cerro Largo, cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul/RS.

Buscamos explicitar, por meio das referidas designações, como o jornal contribuiu para fazer circular um imaginário de sujeito durante o período do regime militar brasileiro. Além disso, buscamos entender como, ao circularem, essas mesmas designações produziram sentidos na materialidade jornalística em análise, relacionadas ao funcionamento do político, do ideológico e do linguístico inscritos nos processos de significação.

Nosso interesse centra-se, pois, em compreender o funcionamento dessas designações, enfatizando como, ao reverberarem no jornal, elas institucionalizaram determinados sentidos e dizeres por meio da repetição. Para nós, como bem nos ensinam Courtine e Maradin (2016), há discursos que se repetem e há “repetições que fazem discurso”. Desse modo, em um jogo constante entre o “mesmo” (paráfrase) e o “diferente” (polissemia), propomos realizar os

---

<sup>3</sup> Acervo disponível no “Museu 25 de Julho”, na cidade de Cerro Largo/RS. Parte deste arquivo também encontra-se disponível no Laboratório de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*.

movimentos analíticos, explicitando as regularidades discursivas que compreendem os discursos e as designações em circulação no jornal “O Cerro Largo”, à época da ditadura militar brasileira.

Assim, para o desenvolvimento dessa reflexão, ancoramo-nos nos pressupostos teórico e metodológicos da Análise de Discurso franco-brasileira, tal como esta vem sendo desenvolvida no Brasil atualmente. Importante destacarmos que, da perspectiva teórica na qual nos filiamos, compreendemos que não há uma metodologia pronta e fechada, mas sim um olhar interpretativo sobre o objeto de análise. A partir do dispositivo teórico da AD, delimitamos, conforme a questão de interesse desse trabalho, o dispositivo analítico, que irá se constituindo ao longo dos percursos de análise, em um constante ir-e-vir da teoria para a análise e/ou vice-versa, tal como o movimento de um pêndulo (PETRI, 2013).

Dessa maneira, a fim de realizarmos os movimentos analíticos, constituímos o *corpus* de pesquisa, o qual é composto por recortes discursivos (RDs), especificamente, pela nota intitulada “Brasileiros!”, do ano de 1964, e a coluna militar denominada “O Povo e a Revolução”, de 1966. As materialidades delimitadas foram selecionadas, sobretudo, por nos permitirem compreender os primeiros dizeres e designações<sup>4</sup> que circularam no jornal à época da ditadura militar brasileira, bem como o modo como elas irão tecendo um imaginário de sujeito no/para este período, em conformidade com a ideologia dominante à época, ou seja, com os saberes/dizeres dos militares.

## 2 Entre o nomear e o designar: o funcionamento da significação nas formulações discursivas

O processo de nomeação e designação, a partir de uma perspectiva discursiva, remete-nos ao funcionamento semântico dos nomes em suas relações com a língua, com a história, com a memória e com a ideologia. Para nós, o ato de “nomear” está diretamente vinculado ao que compreendemos por “designar”, sendo que ambos os processos possuem funcionamentos vinculados entre si<sup>5</sup>, não podendo ser dissociados e/ou separados.

Esses funcionamentos, da nomeação e da designação, interessam-nos particularmente nesse trabalho por permitirem compreender como as diferentes designações que circularam em “O Cerro Largo” produziram sentidos à época da ditadura militar brasileira, colocando em relação o político, o linguístico e o ideológico inscritos nos processos de significação.

Guimarães, em seu artigo “Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano”, publicado no ano de 2002, explicita-nos sua compreensão acerca desses dois conceitos mobilizados, diferenciando-os em seu(s) funcionamento(s). Para o autor:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Por exemplo, se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome Brisa, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco, A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso

<sup>4</sup> Haja vista que as materialidades delimitadas compreendem os primeiros anos da ditadura, 1964 e 1966, nosso interesse recai nesse primeiro momento do regime militar.

<sup>5</sup> Entendemos que possuirão funcionamentos vinculados entre si, contudo cada um comportando suas especificidades.

um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-o em certos conjuntos. Para mim, tal como considera Rancière (1992), os nomes identificam objetos (p. 54).

Podemos entender, segundo Guimarães, que o ato de nomear possui o funcionamento semântico de atribuir a algo ou alguém um nome, dando-lhe uma “existência histórica” (2002, p. 54), em determinado mundo recortado historicamente. Já o ato de designar, implica colocar um nome em relação a outros, atribuindo-lhe uma significação através de sua articulação com o linguístico, com o histórico e com simbólico, para a produção de sentidos. Designar, desse modo, “não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo a servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2002, p. 54).

Compreendemos, nesse sentido, que, ao designar “Brasileiros”, “Filhos”, “Cidadãos”, “Povo” e “Revolução” no jornal, significações irão sendo constituídas, na medida em que esses próprios nomes estão relacionados entre si, produzindo sentidos. Ou seja, podemos pensar que tais nomes, ao designarem, permitem a constituição de uma matriz de sentidos, funcionando em sua relação com a língua, com a história, com a memória, com a ideologia e com o político. Designar é, assim, não somente classificar coisas, pessoas, objetos, mas constituir significações na/pela história.

Petri (2010), ao mobilizar estas questões, diferencia ainda o “nomear” do “designar”, entendendo que “o nome atende a uma necessidade oficial e institucional” (p. 69); contudo, o designar, conforme a autora destaca, retomando Guimarães, implica colocar em funcionamento o interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] um referente específico que relaciona palavra à coisa. Para a autora, quanto à produção de sentidos, há a “inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva e as singulares relações que cada sujeito estabelece com as formações ideológicas às quais está livremente “submetido” (PETRI, 2010, p. 69).

A partir disso, entendemos que as designações que circularam em “O Cerro Largo” possuem um funcionamento específico, que está associado não simplesmente ao fato de ‘atribuir um nome’ a alguém, mas sim de relacioná-lo com o social, com as condições de produção do momento, ou seja, com o período da ditadura militar brasileira. Podemos afirmar, dessa maneira, que estas designações estão envolvidas nos processos de produção de sentidos, filiadas a determinadas regiões de saber, ou seja, a determinadas Formações Discursivas. Há, em nossa compreensão, um funcionamento ideológico e político que é constitutivo dessas relações.

### 3 Efeitos do político e do ideológico no jornal “O Cerro Largo”: mobilizando conceitos

*A análise de discurso trabalha com relações de poder simbolizadas. Não há dizer que não seja político, no sentido que o próprio processo de significação é dividido.*  
(ORLANDI, 2017, p. 32)

Em Análise de Discurso, concebemos o político e o ideológico como constitutivos das práticas discursivas, para a produção de sentidos. O político, pensado discursivamente, permite-nos compreender que o sentido é sempre múltiplo, heterogêneo, dividido, sendo que esta divisão possui uma determinada direção, que “se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição”, ou seja, há nos discursos que circulam em nossa sociedade

“simbolizações das relações de força, de poder que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista” (ORLANDI, 2013, p. 6).

Pensar o político implica, assim, entender que o sentido é sempre determinado pelas injunções das relações de força, que derivam do modo de inscrição da sociedade na história<sup>6</sup>, para a produção de sentidos. São estas relações que nos permitem observar, por exemplo, como “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015, p. 37), ou seja, como falar a partir da posição de militar, ou da posição de civil, ou da posição do Estado é determinante para o dizer em um contexto de ditadura militar. Entendemos, desse modo, que nossa sociedade é “constituída por relações hierarquizadas” e são “relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação” (ORLANDI, 2015, p. 37).

Nesse sentido, buscamos, no presente artigo, compreender como o político textualiza-se na materialidade jornalística em análise, produzindo sentidos por meio da articulação com a ideologia. Observamos como as designações “Brasileiros”, “Filhos”, “Cidadãos”, “Povo” e “Revolução” são determinadas ideologicamente e atravessadas pelo político, vindo a funcionar nas condições próprias à ditadura militar brasileira. É importante destacar que, quando estamos mobilizando a noção de político, não estamos tomando-a como sinônimo de “política”, enquanto uma forma de governabilidade ou instituição, mas no político pensado discursivamente, que nos indica que a relação dos sentidos com a língua e com a história é sempre de movimento, divisão, deslocamentos, disjunções, contradições. Assim, dada a compreensão do político, explicitamos também sua articulação com a ideologia, a qual, para nós, é fundamental para a compreensão do objeto analítico.

A ideologia, pensada pelo viés da Análise de Discurso, é tomada em sua forma material enquanto uma “prática significativa [...] efeito da relação do sujeito com a língua e com a história” (ORLANDI, 2014, p. 48), para produzir sentidos. É por meio de seu funcionamento que podemos observar como sujeito e sentidos se constituem mutuamente no fio do discurso, produzindo um tecido de “evidências” subjetivas pelas quais o sujeito acredita ser a origem do dizer, e de que controla, imaginariamente, os sentidos. Ferreira (2003, p. 192) destaca que, por meio de um mecanismo ideológico, “aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito; o efeito é, então, o da evidência do sentido e a impressão do sujeito como origem do que diz”.

É através do efeito do ideológico que serão fornecidas estas evidências no discurso (a evidência do sujeito e a evidência do sentido<sup>7</sup>), dado o modo de relação da ideologia com a língua, e desta com a história. Assim, o sujeito discursivo, assujeitado ideologicamente e dotado de inconsciente, possui a ilusão de ser a origem de seu dizer, a origem do sentido, e a linguagem, tomada em sua materialidade, aparece-lhe como investida de “transparência”, como se os sentidos estivessem “colados” a uma significação que lhes seria própria, ou seja, como sentidos “dados a ler”, em uma falsa ilusão de “literalidade”.

Contudo, longe de o sujeito ser senhor de seu dizer, e de a linguagem ser dotada de transparência, trabalhamos com a opacidade da língua, com relações de poder simbolizadas, que nos indicam “a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2012, p. 21). Assim, é pela e através da ideologia que haverá a “interpretação de sentido em certa direção, determinada pela relação da língua com a história” (FERREIRA,

---

<sup>6</sup> Entendemos que “o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998a, p. 74).

<sup>7</sup> Conceitos trabalhados por Pêcheux, no livro *Semântica em Discurso* ([1975] 2014)

2003, p. 192), demonstrando que “entre o mundo e a linguagem está presente uma contradição, e a ideologia vai constituir-se no trabalho desta contradição” (FERREIRA, 2003, p. 192).

Sujeitos e sentidos são determinados ideologicamente, dada a inscrição da língua na história, para a produção de sentidos. E é por meio da inscrição do sujeito a uma determinada formação discursiva, como destaca Pêcheux ([1975] 2014), que os sentidos irão constituir-se no fio do discurso, significando. Por formação discursiva, o autor entende que é:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzida: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes (p.147).

Desse modo, o sujeito, ao inscrever-se em determinada FD, produzirá seu discurso, filiando-se a determinada rede de sentidos e dizeres, por ela autorizados. Decorre daí então o fato de considerarmos que “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2015, p. 41), ou dito de outro modo, conforme Orlandi (2015, p. 41), “os sentidos são sempre determinados ideologicamente [...] e isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos”.

Isso leva-nos, então, ao questionamento: Como, pelo funcionamento do ideológico, sentidos são produzidos acerca das designações “Brasileiros”, “Filhos”, “Cidadão”, “Povo” e “Revolução”? A partir de qual formação discursiva esses saberes serão organizados em “O Cerro Largo”, dado o contexto da ditadura militar brasileira? Que posições estão em jogo no jornal, instituindo aquilo que pode e deve ser dito, bem como aquilo que pode e deve circular? São questões que buscamos observar nas considerações analíticas do *corpus*.

#### **4 Entre a paráfrase e a polissemia: o funcionamento do mesmo e do diferente na materialidade jornalística**

Pelo viés discursivo, compreendemos que todo o funcionamento da linguagem irá se assentar na tensão entre dois processos: os processos parafrásticos, que nos reiteram a produção do mesmo e os processos polissêmicos, que nos indicam a produção do diferente, permitindo tanto a movência dos sentidos como a movência dos sujeitos no fio do discurso (ORLANDI 2015). A paráfrase, pensada discursivamente, remete ao fato de que “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, havendo um retorno do sujeito “aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2015, p. 34). É por meio de seu funcionamento que podemos observar a estabilização dos sentidos, o que se mantém, o que se repete, indicando sentidos que apontam para uma mesma rede de memória.

Já na polissemia, o que temos é um deslocamento dessa rede, um movimento nas filiações de sentido, produzindo a “ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2015, p. 34). A polissemia, em AD, joga com a produção da diferença, possibilitando, conforme Orlandi (1998b, p. 15), “[...] a produção de efeitos metafóricos, transferência de sentidos, ressignificação”. E é nessa articulação, então, entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia) que os discursos irão ser produzidos, no jogo entre o estabilizado e o sujeito à equívoco, entre a memória e sua atualização.

E, quando pensamos nesse movimento entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos, estamos compreendendo, especificamente, que o discurso se constitui “em uma estrutura que tanto pode ser tomada em sua existência vertical quanto horizontal” (INDURSKY, 2003, p.103), ou seja, entre o intra e o interdiscurso.

Se tomarmos a estrutura em sua verticalidade, teremos os já-ditos, os dizeres anteriores, os saberes pré-existentes ao discurso do sujeito, sendo esta estrutura a “FD que afeta o sujeito do discurso ou o interdiscurso” (INDURSKY, 2003, p. 103). Já, se a tomarmos em sua horizontalidade, teremos o intradiscurso, ou seja, “[...] onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelos processos de apropriação e sintagmatização” (INDURSKY, 2003, p. 103). Desse modo, “[...] a estrutura vertical sinaliza a existência anterior do enunciado, enquanto a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado” (INDURSKY, 2003, p.103).

Isso nos conduz a compreender que, no funcionamento discursivo, há a verticalidade (eixo da constituição), a qual comporta todos os já-ditos, anteriores e esquecidos (o interdiscurso), que, ao serem retomados pelo sujeito, irão inscrever-se na horizontalidade (eixo da formulação), podendo produzir os mesmos sentidos (via efeito parafrástico) ou implicar deslocamentos, rupturas, (re)significações (efeitos polissêmicos), fazendo intervir o novo, o diferente, mexendo nas redes de memória.

Na presente reflexão, buscamos compreender esses funcionamentos, explicitando sobretudo o funcionamento da paráfrase na materialidade em análise, haja vista que, por tratarmos de discursos de viés autoritário, observamos um movimento que vai em direção ao controle da polissemia. Segundo Orlandi (1998b, p. 16), neste tipo de discurso (o autoritário), “há contenção da polissemia; não expõe o sujeito ao jogo [...] o jogo que falo é o jogo nas regras e jogo sobre as regras da língua. Este, o jogo sobre as regras da língua é o que afeta a repetição e produz deslocamentos”.

Nesse sentido, por meio da análise das designações “Brasileiros”, “Filhos”, “Cidadãos”, “Povo” e “Revolução”, objetivamos explicitar estes aspectos, buscando observar como essas designações, ao reverberarem<sup>8</sup> no jornal, apontam para determinada rede de memória, produzindo efeitos de sentido na materialidade jornalística em análise. E, quando mobilizamos o conceito de memória, não estamos pensando na memória cognitiva, psíquica, mas na memória do dizer, constituída por filiações, tal como concebida pela Análise de Discurso.

Interessa-nos a “memória discursiva”, a qual nos aponta que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX [1975] 2014, p. 149). Ela pode ser compreendida como “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de

---

<sup>8</sup> Isso nos aponta para a noção de repetibilidade, a qual indica que os sentidos, a força de serem repetidos, podem cristalizar determinados dizeres e saberes. Mas não só, também podem fazer intervir o ‘novo’, o ‘diferente’, produzindo rupturas e movimentos nas redes de memória. Ou seja, a repetição sustenta tanto a regularização dos sentidos como sua desregularização e transformação (INDURSKY, 2011).

palavra” (ORLANDI, 2015, p. 29). A memória discursiva vincula o discurso “aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva. Mas não só: a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados” (INDURSKY, 2011, p. 87).

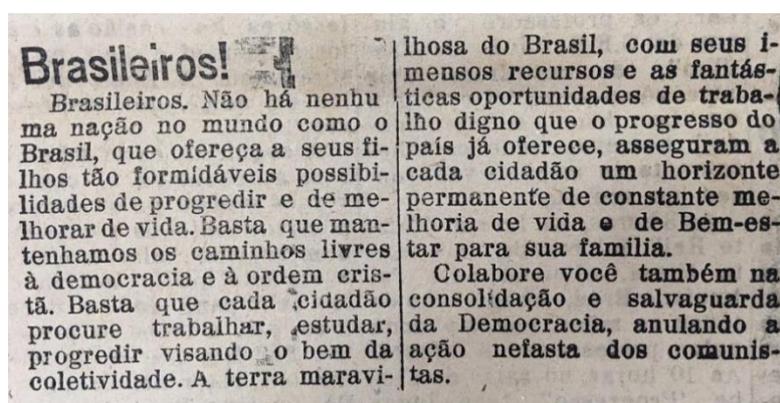
Dessa maneira, buscamos explicitar o funcionamento da memória discursiva na materialidade do jornal “O Cerro Largo” para a circulação de determinados sentidos e não outros, de acordo com os dizeres e saberes autorizados pela Formação Discursiva dominante à época da ditadura militar brasileira.

## 5 Da teoria para a análise: lançando gestos de interpretação

Tendo em vista o dispositivo teórico, passamos, nesta seção, aos movimentos de análise e à mobilização do *corpus* de pesquisa. Para essa reflexão, delimitamos, como objeto de pesquisa, as edições impressas de “O Cerro Largo”, jornal que circulou do ano de 1957 até 1974 na cidade de Cerro Largo, município localizado no interior do Estado do Rio Grande do Sul. As edições do jornal, da qual tivemos acesso<sup>9</sup>, compreendem um total de 847 números, reunidos entre o ANO 1 ao ANO 17, com uma periodicidade semanal (circulação aos sábados e domingos). O primeiro número do jornal consta do dia 07 de julho de 1957 e o último verificado do dia 26 de Março de 1974.

A partir do objeto, selecionamos o *corpus* de pesquisa, delimitado de acordo com a questão de interesse e com os objetivos propostos para esse artigo. O *corpus* constituiu-se, especificamente, pela nota<sup>10</sup> intitulada “Brasileiros!”, do ano de 1964, e a coluna militar intitulada “O Povo e a Revolução”, do ano de 1966. As referidas materialidades foram selecionadas por nos permitirem compreender os primeiros dizeres e designações que circularam no jornal durante o período da ditadura, ou seja, por estarem presentes nesses primeiros anos do regime (1964-1966). Trazemos abaixo, então, na íntegra, a primeira seção a ser analisada, intitulada Brasileiros!:

Figura 1 - Seção “Brasileiros” (Jornal “O Cerro Largo”, 1964, n. 353, ANO 7, p. 4)



<sup>9</sup> Acessamos a edições que constam até o número 847, última edição verificada no acervo do Museu 25 de Julho.

<sup>10</sup> Estamos considerando a materialidade intitulada “Brasileiros!” enquanto uma nota, que aparece com recorrência nas edições de “O Cerro Largo”, durante o ano de 1964. Como o jornal que estamos analisando possui, por particularidade, ser um veículo de comunicação do interior do Estado do Rio Grande do Sul, que circulou nas décadas de 50 a 70, não verificamos uma organização dessas notas em seções e editoriais específicos, as mesmas encontram-se alternadas nas páginas do jornal, em meio a uma série de textos de outra natureza, como crônicas policiais, anúncios, classificados, notícias, sem uma diagramação diferenciada.

**RD1: Brasileiros.** Não há nenhuma nação do mundo *como o Brasil*, que ofereça a seus **filhos** tão *formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida. Basta que* mantenhamos os caminhos livres à democracia e à ordem cristã. *Basta que* cada **cidadão** procure *trabalhar, estudar, progredir visando o bem da coletividade.* A terra maravilhosa do Brasil, com seus imensos recursos e as *fantásticas oportunidade de trabalho digno* que o progresso do país já oferece, asseguram a cada cidadão, *um horizonte permanente de constante melhoria de vida e de Bem-estar para sua família.* **Colabore você** também na *consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas.* (O CERRO LARGO, 1964, n. 353, ANO 7, p. 04, grifos nossos)

A partir de uma primeira leitura sobre essa nota, alguns efeitos de sentido são produzidos. Primeiramente, chama-nos a atenção o título da chamada, que é constituído por um vocativo: **Brasileiros!**, o qual, em nossa compreensão, vem funcionar discursivamente como um chamamento, um convite, uma convocação aos denominados “Brasileiros” para com o que será dito. Esta chamada nos sugere também, por meio do uso deste vocativo, uma ideia de ‘coletividade’, como se ‘brasileiros’ fossem todos os sujeitos da Nação, todos os brasileiros, sem exceções.

Observamos que, no decorrer da nota, “brasileiros” é retomado por meio de diferentes designações. A primeira forma de referenciação verificada é “filhos”: “*Brasileiros.* Não há nenhuma nação no mundo *como o Brasil* que ofereça a seus *filhos* tão *formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida*” (grifos nossos). Contudo, questionamo-nos: seriam esses “brasileiros” e “filhos” a coletividade dos sujeitos? Em um primeiro momento, parece-nos que sim, entretanto, por meio da leitura e análise dos seguintes trechos: “*Basta que* mantenhamos<sup>11</sup> os caminhos livres à democracia e à ordem cristã”, e “*Basta que* cada **cidadão** procure *trabalhar, estudar, progredir, visando o bem da coletividade*” (grifos nossos), observamos que são delimitados “requisitos” a estes sujeitos, ou seja, nem todos são “brasileiros” e “filhos”, somente aqueles que obedecem a ordens específicas, acatam seus superiores, mantêm os caminhos livres à democracia, são cristãos, procuram trabalhar, estudar, progredir, sempre visando o bem da coletividade. Por meio da expressão “basta que”, observamos esse funcionamento, pois, para ser “brasileiro” e “filho”, basta que se faça “x” e “y” e não “a” e “b”. Temos então, a construção do “bom brasileiro” ou o que Pêcheux ([1975] 2014) denominou ainda de “bom sujeito”, aquele que se identifica com os saberes provenientes da formação discursiva que o domina, de modo a não se contrapor a ela.

No discurso em questão, podemos compreender também os efeitos da memória ressoando sobre um “outro”, “não brasileiro”, produzindo sentidos. Esse “outro” não está sendo discursivizado na materialidade em análise, mas podemos concebê-lo, sobretudo, pelos ditos e pelos não-ditos. Esse “outro” é aquele que “aprisiona a democracia”<sup>12</sup>, que “não se filia aos princípios cristãos”<sup>13</sup>, que “não procura trabalhar, nem estudar”<sup>14</sup>, “que gera um mal-estar na coletividade” e que “não está a favor do progresso”<sup>15</sup>, é um “outro” tomado como “mau brasileiro”, ou seja, como o “mau sujeito”, o que, em Pêcheux, caracteriza-se como “aquele que se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como

<sup>11</sup> Observamos que é utilizada a primeira pessoa do plural, pois o sujeito inclui-se como parte de “brasileiros”, que juntamente com os demais, busca manter os caminhos livres à “democracia” e à “ordem cristã”.

<sup>12</sup> Em contraponto ao “bom brasileiro”, aquele que mantêm os caminhos “livres à democracia” (grifos nossos)

<sup>13</sup> Oposição àqueles que mantêm a “ordem cristã” (grifos nossos)

<sup>14</sup> “Bom cidadão” e “bom brasileiro” procura sempre “trabalhar, estudar” (grifos nossos)

<sup>15</sup> Contrapondo ao bom sujeito que está sempre “visando o bem da coletividade”, que procura, em sua vida “progredir” (grifos nossos)

determinação exterior de sua interioridade, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso)” (PÊCHEUX, [1975] 2014, pp. 199-200).

Tendo isso em vista, compreendemos que o processo de referenciação a partir de diferentes designações para o que se entende/considera por “brasileiro” não é neutro no referido discurso. Assim, verificamos a constituição de uma rede de significação, passando de “brasileiro” para “filhos” e deste para “cidadão”: “Basta que cada *cidadão* procure *trabalhar, estudar, progredir visando o bem da coletividade*” (grifos nossos). E questionamos: Quais efeitos de sentidos são produzidos ao designar Brasileiros como “filhos”, ou ainda como “cidadãos”? Essas designações apontam para a mesma rede de memória ou irão provocar deslocamentos, rupturas nessas filiações de sentidos?

Nos debruçamos, inicialmente, na designação “filhos”, a qual remete à relação sujeito-nação, sendo o principal meio pelo qual o sujeito tem as possibilidades de progredir e melhorar de vida. Entretanto, a designação “filhos” faz ressoar outros sentidos, determinados ideologicamente. “Filho” é aquele sujeito que deve obedecer, submeter-se, respeitar seus “pais”, assim, nas condições próprias à ditadura, filho significa obediência, ou seja, os filhos desta terra devem obedecer a sua Nação, submetendo-se a ela, e, para isso, basta que mantenham “os caminhos livres à democracia”, “à ordem cristã”, que busquem “trabalhar, estudar, progredir”, com vistas sempre ao “desenvolvimento do país”.

Os sentidos de “filhos”, que ressoam nesse discurso, são, em nossa compreensão, determinados pelo funcionamento da ideologia dominante à época, ou seja, pelos saberes de uma FD Militar e, por meio desta, irão significar. Eles remetem a uma rede de memória, para qual o “filho” deve obedecer, submeter-se, acatar ordens, ter carinho pela Nação, de modo a amá-la e respeitá-la<sup>16</sup>. Entendemos, dessa forma, que os sentidos são sempre entendidos enquanto constituídos por filiações, e essas filiações ocorrem pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente, sendo que os saberes não se aprendem, não se ensinam, mas existem produzindo sentidos (ORLANDI, 2015).

Pêcheux (2014 [1975], p.146) afirma que:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em ‘si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Desse modo, o sentido de “filho”, nas condições de produção em que circulou, significa de um modo particular, sendo discursivizado a partir de saberes vinculados à FD militar. Ser “Filho”, nessas circunstâncias, é estabelecer um vínculo com a Nação, laços de afinidade, proximidade, sentimento de amor e carinho, mas, acima de tudo, implica obediência, respeito, dever, disciplina e hierarquia nas posições. Isso nos faz pensar: o que significa falar da posição de pai/mãe (representados aqui pelos militares)? E o que significa falar da posição de Filho (do “bom brasileiro”, “bom sujeito”, “bom cidadão”)? Quais relações de força e de poder estão aí constituídas? Que sentidos estão remetidos a cada posição? Entendemos que existe um funcionamento ideológico e político que é constitutivo de tais relações.

Na sequência, observamos a designação “cidadãos”, a qual também possui um

<sup>16</sup> Lembremo-nos do *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”, muito utilizado, posteriormente, nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira (final dos anos 60 até meados dos anos 70).

funcionamento específico na materialidade em análise. Essa designação é explicitada no seguinte trecho: “Basta que cada *cidadão* procure *trabalhar, estudar, progredir visando o bem da coletividade*. A terra maravilhosa do Brasil, com seus imensos recursos e as *fantásticas oportunidades de trabalho digno* que o progresso do país já oferece, asseguram a cada *cidadão, um horizonte permanente de constante melhoria de vida e de Bem-estar para sua família*” (grifos nossos).

“Cidadão” é discursivizado como aquele sujeito que possui deveres para com seu Estado: deve trabalhar, estudar, progredir, de modo a aproveitar as “fantásticas oportunidades de *trabalho digno* que o progresso do país já oferece” (grifos nossos). Este cidadão, pelo trabalho, pode assegurar a melhoria de sua vida, o progresso do país e o bem-estar de sua família. Contudo, perguntamo-nos: quais sentidos sobre “cidadão” ressoam? E quais são silenciados, interditados e/ou não ditos no jornal?

Entendemos que, dadas as condições da ditadura militar brasileira, os sentidos de “Cidadão” deslocam-se, se (re)significam, ou, como pontua Indursky (2011, p. 71) migram, passando a ser “determinados por outras relações com a ideologia”. Para a autora, “essa movimentação nas filiações dos sentidos só é possível porque, ao migrarem, esses sentidos se resignificam. Percebe-se, pois, que o fechamento das FDs não é rígido e suas fronteiras são porosas, permitindo a migração de saberes” (INDURSKY, 2011, p.71).

A saber, cidadão não se configura mais como o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos do Estado”, ou como “aquele sujeito que usufrui de direitos civis e políticos por este garantidos e desempenha deveres”, mas é única e exclusivamente um sujeito constituído apenas por deveres, não usufruindo de sua cidadania, enquanto constitucionalmente adquirida. Para ser “cidadão”, deve trabalhar, visto ser o trabalho o que o dignifica e que o faz ser, de fato, “cidadão” do Estado.

Em um contexto de regime militar, “cidadão” é discursivizado a partir dos saberes da FD militar, tal como observamos em “brasileiros” e “filhos”, remetendo-nos a uma rede de memória para qual “cidadania” implica obediência, sujeição, trabalho digno. E esse discurso em torno do trabalho, o “qual dignifica o homem”, entendemos que é algo que reverbera em discursos de viés autoritário, e um exemplo que podemos citar é o enunciado “Não fale em crise, trabalhe”, proferido por Michel Temer<sup>17</sup>, em 2016. Conforme Courtine & Marandin (2016, p. 45), “Os discursos se repetem: ‘sincronicamente’ no fio de seu desenrolar e ‘diacronicamente’ no fio do tempo: os mesmos temas, as mesmas formulações, as mesmas figuras retornam, reaparecem”. **Ou seja**, “Se os discursos se repetem, é porque eles são repetidos”.

Por fim, a nota encerra com o seguinte dizer: “**Colabore você** também na *consolidação e salvaguarda da Democracia*, anulando a *ação nefasta dos comunistas*” (grifos nossos). Tais dizeres buscam cristalizar determinados dizeres em torno do que seria democracia à época, bem como em torno do comunismo, associando-o a algo ruim, “nefasto”. Era preciso, pois, convocar os Brasileiros, sendo estes filhos e cidadãos, a manterem a ordem, a democracia, para que as ações dos “comunistas” não viessem mais a assombrar a Pátria.

Ao finalizar com uma ordem: “Colabore você”, compreendemos que a estratégia argumentativa da nota não é neutra, partindo da generalização, “Brasileiros”, argumentando e construindo quem seriam estes brasileiros, para, no final, direcionar o dizer ao leitor, “você”, convocando-o em prol da democracia, sendo esta condicionada à anulação da “ação nefasta dos comunistas”. Segundo a perspectiva discursiva, é

<sup>17</sup> Pronunciamento de Michel Temer, do dia 12 de maio de 2016, Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/nao-fale-em-criese-trabalhe-queria-espalhar-essa-frase-diz-temer-04024E9B3060D8C15326?cmpid=fb-uolnot>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

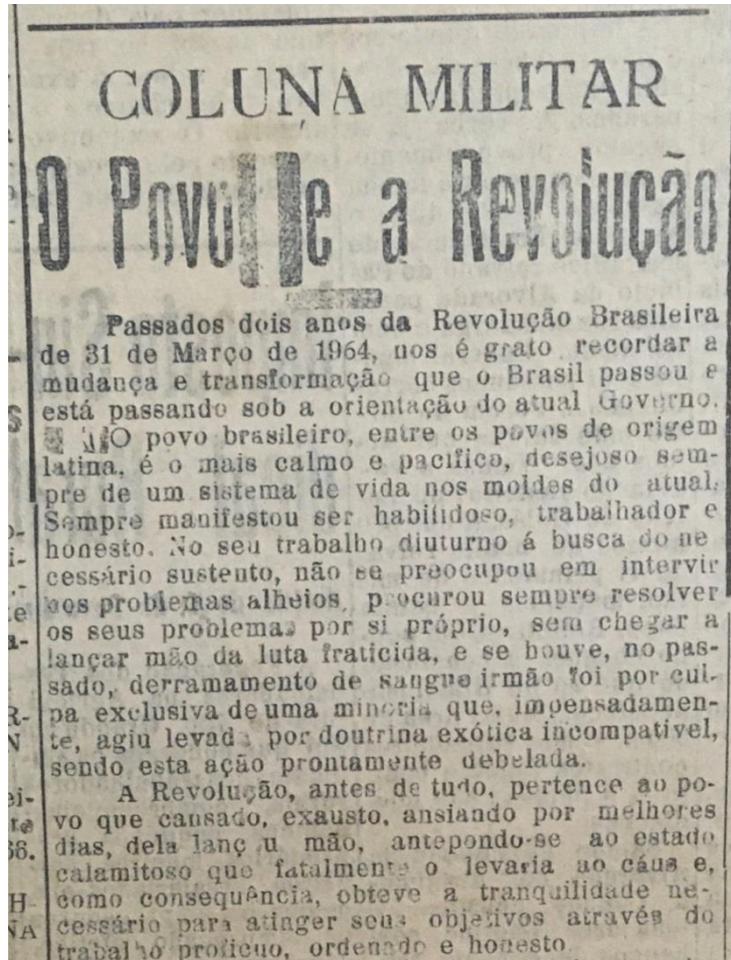
a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’. Há sempre uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva) (ORLANDI, 2004, p. 31).

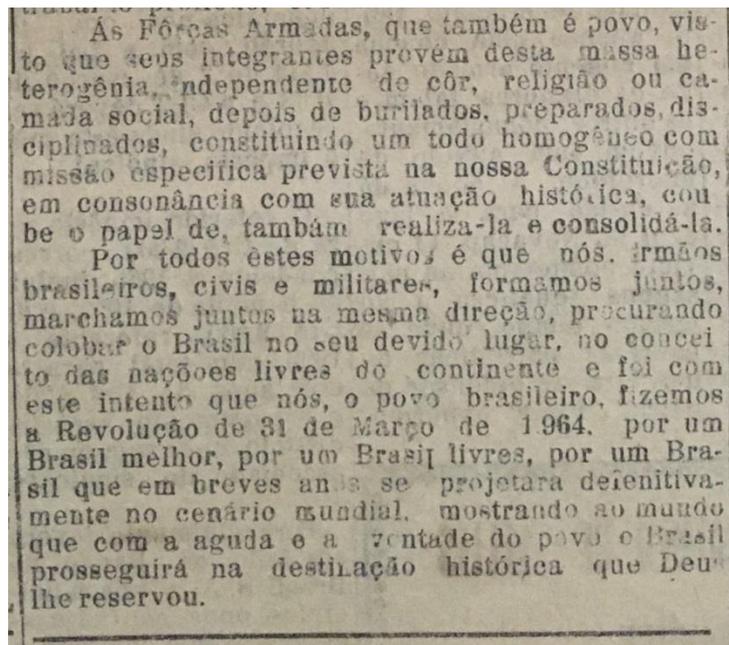
Compreendemos, assim, o modo como o funcionamento discursivo é afetado pelo político, isto é, como as relações de poder significam. É por meio da relação entre linguagem e ideologia que podemos explicitar a determinação histórica que constituem os processos de significação. A ideologia tal como a entendemos, faz com que se naturalize

o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulações (e não ocultação de ‘conteúdos’) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas (ORLANDI, 2004, p. 31).

Tendo em vista as análises da primeira materialidade apresentada, denominada “Brasileiros!”, e as designações a ela remetidas: Brasileiros-Filhos-Cidadãos, passaremos ao movimento analítico da segunda materialidade proposta, a coluna intitulada “O Povo e a Revolução”, de 1966.

Figura 2- Coluna “O Povo e a Revolução (Jornal "O Cerro Largo", 1966, ANO 9, n.443, p.04)





RD2: Passados dois anos da **Revolução Brasileira de 31 de Março de 1964**, nos é grato recordar a mudança e transformação que o Brasil passou e está passando sob a orientação do atual Governo. O povo brasileiro, entre os povos de origem latina, é o mais calmo e pacífico, desejoso sempre de um sistema de vida nos moldes do atual. Sempre manifestou ser habilidoso, trabalhador e honesto. No seu trabalho diuturno à busca do necessário sustento, não se preocupou em intervir nos problemas alheios, procurou sempre resolver os seus problemas por si próprio, sem chegar a lançar mão da luta fratricida, e se houve, no passado, derramamento de sangue irmão, foi por culpa exclusiva de uma minoria que, impensadamente, agiu levada por doutrina exótica incompatível, sendo esta ação prontamente debelada. A **Revolução**, antes de tudo, pertence ao povo que cansado, exausto, ansiando por melhores dias, dela lançou mão, antepondo-se ao estado calamitoso que fatalmente o levaria ao cáus<sup>18</sup>, e como consequência, obteve a tranquilidade necessária para atingir seus objetivos através do trabalho profícuo, ordenado e honesto. As **Forças Armadas**, que também é povo, visto que seus integrantes provêm desta massa heterogênia, independente de cor, religião ou camada social, depois de burilados, preparados, disciplinados, constituindo um todo homogêneo com missão específica prevista na nossa Constituição, em consonância com sua atuação histórica, coube o papel de também realizá-la e consolidá-la. Por todos estes motivos é que nós, irmãos brasileiros, civis e militares, formamos juntos, marchamos juntos na mesma direção, procurando colocar o Brasil no seu devido lugar, no conceito das nações livres do continente e foi com este intento que nós, o povo brasileiro, fizemos a **Revolução de 31 de Março de 1964**, por um Brasil melhor, por um Brasil livre, por um Brasil que em breves anos se projetará definitivamente no cenário mundial, mostrando ao mundo que com a agudeza e a vontade do povo o Brasil prosseguirá na destinação histórica que Deus lhe reservou (O CERRO LARGO, 1966, n. 443, ANO 9, p. 04, grifos nossos)

<sup>18</sup> A ortografia da época é mantida na transcrição do recorte.

Nesta coluna, observamos que há o funcionamento de outras designações em relação à materialidade anterior, aqui, ‘brasileiros’, ‘filhos’ e ‘cidadãos’ são discursivizados como “Povo” e “Revolução”, produzindo efeitos de sentido específicos. No título da chamada, intitulada “O Povo e a Revolução”, podemos compreender que há uma relação de sentidos entre a ideia de “povo” e a ideia de “revolução”, as quais, por meio do uso da conjunção aditiva “e”, vem funcionar discursivamente como a “união”, a “fusão”, a “ligação” entre duas partes. Ou seja, há uma relação entre o denominado “Povo” e a denominada “Revolução”, na construção do conjunto de ações da ditadura militar brasileira de 1964.

Por tratar-se de uma materialidade intitulada “Coluna Militar”, há alguns efeitos de sentido específicos que são produzidos. Não é qualquer materialidade, mas aquela dedicada, exclusivamente, aos dizeres militares, ou seja, compreendemos que os saberes que se constituem sobre quem seria “Povo” e sobre quem seria “Revolução” são determinados pelo funcionamento da FD militar, a qual delimita aquilo que pode e deve ser dito, bem como aquilo que pode e deve circular no jornal (PÊCHEUX, [1975] 2014), tendo em vista as condições sócio-históricas e ideológicas do regime militar brasileiro.

Assim, ao mobilizarmos a referida coluna para a análise, observamos primeiramente, a designação ‘Revolução’, buscando compreender como esta é discursivizada na materialidade jornalística em análise: “Passados dois anos da *Revolução Brasileira de Março de 1964*, nos é grato recordar a mudança e transformação que o Brasil passou e está passando sob a orientação do atual Governo [...]” (grifos nossos), “A *Revolução*, antes de tudo, pertence ao povo<sup>19</sup> que cansado, exausto, ansiando por melhores dias, dela lançou mão, antepondo-se ao estado calamitoso que fatalmente o levaria ao caos” [...]” (grifos nossos), “[...] e foi com esse intento que nós, o povo brasileiro, fizemos a *Revolução de 31 de Março de 1964*, por um Brasil melhor, por um Brasil livre, por um Brasil que em breves anos se projetará definitivamente no cenário mundial [...]” (grifos nossos).

Os sentidos de “Revolução”, nos recortes acima, remetem-nos a um imaginário de “liberdade”, “mudança”, “transformação” do país, ou seja, “revolucionar”, em um contexto de ditadura, implica não somente uma “tomada de poder”, uma “intervenção militar”, mas algo mais profundo<sup>20</sup>. Indursky (2013), em seu livro, intitulado *A fala dos quartéis e as outras vozes*, mobiliza tal designação, entendendo que esta “produz uma grande ilusão discursiva, pois joga com o sentido que esse termo adquiriu com a Revolução Francesa<sup>21</sup>, e em torno dessa ilusão, todos os abusos são cometidos em nome de POVO 1<sup>22</sup>, que se instituiu discursivamente como a base de sustentação do regime militar” (p. 126).

Desse modo, os militares são tomados como “revolucionários”<sup>23</sup>, sendo que os sentidos investidos para a designação “Revolução” significam a partir de sua inscrição na FD militar. Revolução é tomada então como sinônimo de “luta”, “mudança”, “limpeza”, “transformação”, diante do denominado “estado calamitoso que levaria o povo ao caos” (grifos nossos). Esses sentidos para Revolução apontam-nos, pois, a uma rede de memória, de já-ditos anteriores, mais especificamente, ao período do pré-64 e ao governo de João Goulart (Jango), que representava, por suas reformas<sup>24</sup> e por seu modo de governo, uma ameaça de comunização do país (REIS,

<sup>19</sup> Mobilizaremos essa designação nas análises seguintes.

<sup>20</sup> “Os homens do Comando Superior falavam em nome de uma revolução, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo” (REIS, 2005, p. 36).

<sup>21</sup> Cujo lema era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

<sup>22</sup> A autora formula uma grade referencial para o referente discursivo “Povo”. Desse modo, ‘POVO 1’ é definido por ela como aquele que é constituído, especificamente, pela “classe média, classes produtoras, militares revolucionários – os que apoiam a revolução” (p.124).

<sup>23</sup> E sendo ‘revolucionários’ cometem todos os arbítrios em nome da denominada “Revolução”.

<sup>24</sup> Faz menção às reformas de base: reforma agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária.

2005). Era preciso que a denominada Revolução “fizesse a mudança”, torna-se o Brasil “livre”, projetando-o no cenário mundial, e, para isso, deveria lutar contra um dito “inimigo”: perigoso, subversivo, comunista.

Ao explicitarmos a designação “Revolução”, entendemos ainda que esta foi realizada em nome de determinado “Povo”: *“cansado, exausto, ansiando por melhores dias”* (grifos nossos). Contudo, questionamos: quem seria esse “Povo” nas condições próprias à ditadura? Quais sentidos são produzidos por esta designação? Na materialidade analisada, encontramos três categorizações para este referente: POVO 1<sup>25</sup> (vinculado à sociedade civil - os que apoiaram a “Revolução”); POVO 2 (vinculado às Forças Armadas + sociedade civil), e NÃO-POVO (a denominada “minoría exótica incompatível” - os que não apoiaram a “Revolução”). Paralelamente, encontramos também o registro da designação “irmãos”, que nos aponta para a mesma rede de memória produzida por “filhos” na nota anterior.

Observamos o referente POVO 1 nos seguintes trechos: “o **povo brasileiro**, entre os países de origem latina *é o mais calmo e pacífico*, desejoso sempre de um *sistema de vida nos moldes atuais*” (grifos nossos), “sempre manifestou *ser habilidoso, trabalhador e honesto*” (grifos nossos), “no seu trabalho diuturno à busca do necessário sustento *não se preocupou em intervir nos problemas alheios*, procurou sempre resolver seus problemas por si próprio, *sem chegar a lançar mão da luta fratricida*” (grifos nossos), “a Revolução antes de tudo pertence ao **povo**, que cansado, exausto, *ansiando por melhores dias*, dela lançou mão, antepondo-se *ao estado calamitoso que fatalmente o levaria ao caos*” (grifos nossos).

Povo, nesses recortes, vem especificado por meio do termo “brasileiro”, sendo atribuído a ele um caráter calmo e pacífico. Contudo, “Povo” não representa a coletividade dos sujeitos, assim como observamos também com “brasileiros” na nota anterior, mas ele é determinado por requisitos: é um “Povo” desejoso sempre de um sistema de vida nos moldes atuais, é um “Povo” habilidoso, trabalhador, honesto, que nunca intervém nos problemas alheios, que não lança mão da luta fratricida, e que ansia por dias melhores.

A estratégia que se busca produzir, inicialmente, é revestir “povo brasileiro” de um sentido de coletividade na coluna, investindo o discurso de autoridade e produzindo um “efeito de sentido de unanimidade” (INDURSKY, 2013, p. 127), porém, pelas marcas linguísticas, por estes “requisitos”, observamos que nem todos são parte de “Povo”, mas somente aqueles que seguem ordens específicas, que apoiam a denominada “Revolução”. São, em nossa materialidade, representados pela sociedade civil - os que apoiaram o regime.

Importante destacar também que, em Povo “habilidoso, trabalhador e honesto”, reverberam novamente estes sentidos sobre o trabalho, assim como observados na materialidade anterior, ou seja, para ser o denominado “Povo”, os sujeitos precisam trabalhar, progredir, ser honestos, com vistas sempre ao bem da Nação e ao “progresso” do Brasil. O povo só se constitui como parte do país por meio de seus deveres para com ele, e não de seus direitos.

Já em POVO 2, observamos um movimento que vai em direção à inclusão dos militares e das Forças Armadas como parte de “Povo”, como observamos em alguns trechos: “**As Forças Armadas**, que também é **povo**, visto que seus integrantes provêm desta massa heterogênea [...] depois de *burilados, preparados, disciplinados, constituindo um todo homogêneo com missão específica* [...] coube o papel de, também realizá-la e consolidá-la (a revolução)” (grifos nossos). “**Nós, o povo brasileiro**, fizemos a revolução de 31 de Março de 1964, *por um Brasil melhor, por um Brasil livre* [...] mostrando ao mundo que com a aguda vontade do **povo** o Brasil *prosseguirá na*

<sup>25</sup> As categorias “POVO 1” e “POVO 2”, propostas em nossas análises, são inspiradas em Indursky (2013), contudo não correspondem às categorias da autora citada.

*destinação histórica que Deus lhe reservou*” (grifos nossos).

Povo, nestes recortes, é discursivizado como a sociedade civil somada às Forças Armadas, constituindo, juntas, um “todo homogêneo”, para quem coube uma missão específica: a realização e consolidação da “Revolução” e a manutenção da ordem do país. Porém, nesse discurso, além dos sentidos próprios à esfera militar, em “burilados, preparados, disciplinados, missão específica”, há sentidos que advêm de outra FD, a religiosa, como observamos em: “com a aguda vontade do povo o Brasil prosseguirá na *destinação histórica que Deus lhe reservou*” (grifos nossos). Busca-se, com isso, investir o regime de um caráter “religioso”, “cristão”, para buscar tentar legitimar o conjunto de ações de Março de 64, assim como observamos em “ordem cristã”, na nota anterior.

Por último, temos ainda a categoria designada como “NÃO-POVO”, observada no seguinte trecho: “E se houve, no passado, *derramamento de sangue irmão* foi por *culpa exclusiva* de uma **minoría** que, impensadamente, *agiu levada por doutrina exótica incompatível*, sendo esta *ação prontamente debelada*” (grifos nossos). Observamos que NÃO-POVO é classificado como uma “minoría”, não estando nele incluído nem POVO 1 e nem POVO 2. Os sentidos de “minoría” ressoam, na materialidade em análise, como um efeito de depreciação do outro, haja vista que “minoría” não representa os ideais nem do “bom sujeito”, do “bom brasileiro” e nem de “povo”. Além disso, ela age “levada por doutrina exótica incompatível”, ou seja, provoca o caos, a desordem, a perturbação da Nação, tendo de ser debelada.

Essa “doutrina exótica incompatível” não está especificada, mas pelo não-dito, ressoa sentidos, indicando-nos que “todo discurso se delinea na relação com outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2015, p. 41). Dessa maneira, reverbera, mesmo pelo não-dizer, uma memória sobre um outro: subversivo, inimigo, comunista, perturbador da “ordem e do progresso”, e essa memória retorna, produzindo sentidos na materialidade em análise.

## 6 Considerações finais

A partir das reflexões propostas, entendemos que, ao se reportar à época da ditadura militar brasileira, pudemos explicitar como as práticas sociais são afetadas por dizeres e sentidos, ou seja, por discursos que circularam no período do regime militar, constituindo sentidos no/do/sobre tal período, os quais, a nosso ver, continuam a reverberar, uma vez que certos discursos e sentidos voltam, ecoam, muitas vezes (re) significados, mas vinculados a uma mesma matriz de sentidos.

Ao tratarmos das designações “Brasileiros – filhos – cidadãos – povo – revolução”, a partir do jornal, observamos que são designações diferentes, porém os efeitos de sentidos que evocam, considerando as condições de produção do discurso em análise, remetem a uma mesma rede de significação. Ou seja, podemos dizer que há, via discurso jornalístico, a estabilização de sentidos, produzindo o que chamamos de memória de arquivo, cuja memória, no caso, foi regulada pelo funcionamento da ideologia dominante da época.

Tendo em vista as considerações empreendidas, entendemos que “só podemos ter língua e história conjugadas pelo efeito ideológico, pela consideração de sua materialidade específica, ou seja, pela referência ao (inter) discurso” (ORLANDI, 2004, p. 40). Em nossa reflexão, visamos, especificamente, os efeitos do funcionamento discursivo da memória e da história, e, para tanto, centramo-nos no discurso jornalístico, de circulação local, a fim de compreender o

modo como certos discursos e sentidos tornam-se estabilizados, constituindo uma memória institucionalizada sobre determinados fatos, e outros são silenciados, porém não apagados, ressoando nas práticas sociais e discursivas.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- COURTINE, J-J; MARANDIN, J-M. Que objeto para a Análise de Discurso? Trad. Maria Onice Payer. In: CONEIN, B. et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- DA SILVA, L. F. Crise do regime político pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. In: NAPOLITANO, C. J. *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014.
- FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, pp. 189-200, 2003.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano. *Letras*, Santa Maria, n. 26, pp. 53-62, 2003.
- GUIMARÃES, E. Textualidade e enunciação. *Escritos n° 2: Ver e Dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, pp. 03-12, (s.d.).
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon* (UFGRS), Porto Alegre, v. 17, n. 35, pp. 101-121, 2003.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. F. (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- ORLANDI, E. P. Discurso e Argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, n.1, pp. 73-81, jul-dez., 1998a.
- ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua*, v. 4, n. 1, pp. 9-19, 1998b.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas, Editora Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 12 ed. Campinas: 2015.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano*. v. 2, 2013.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S.

(orgs.). *Discurso e Textualidade*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PETRI, V. De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. *Rua*, Unicamp, v.16, pp. 66-82, 2010.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (org.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, pp. 39-62.

REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

Recebido em: 29/07/2021

Aceito em: 02/10/2021